

1- Na Europa, nada de novo

Muitos têm sido os cenários e debates acerca do futuro da União Europeia, sem que, no essencial, estes tenham apontado algo de novo.

Merkel, apoiada por Macron, à frente do cortejo europeu, apontam mais centralização na decisão política económica e financeira. O caminho que Alemanha e França preconizam é a diminuição dos fundos estruturais e o reforço da arquitectura do euro, num processo que mantém as suas bases fundamentais. Estas aumentam as desigualdades entre países com diferentes níveis de desenvolvimento e concentra o poder económico e financeiro nas grandes empresas e bancos.

Tal como nos Açores, pela voz do Governo Regional, a nível nacional, porta-vozes, mais ou menos oficiais do PS, PSD e CDS, iniciaram a difusão da ideia de que a redução dos fundos estruturais é um dado adquirido, fundamentando essa previsão com o Brexit.

Todos/as sabemos que é praticamente certa a saída do Reino Unido, mas não é aceitável que se aceite a redução dos fundos estruturais. Estes são uma compensação, embora insuficiente, aos países com menores níveis de desenvolvimento económico para atenuar os graves desequilíbrios económicos provocados pela moeda e mercado únicos.

A cumplicidade com estas políticas contrárias ao nosso país, e em particular à nossa Região, é ainda agravada quando se esconde que parte destes fundos serão desviados para gastos militares na forma da chamada "cooperação estruturada permanente" (PESCO). Esta "cooperação", não é mais do que aumentar os gastos militares com o projecto da criação de um exército europeu no horizonte, projeto cujas consequências passam pela diminuição do investimento comunitário em áreas essenciais, como a coesão ou os fundos sociais e estruturais, para o direccionar para as grandes empresas de equipamento militar.

Ou seja dar-se-á prioridade a uma militarização da União, relegando para segundo plano as crises sociais e ambientais com que nos deparamos.

Esta política e os seus construtores terão por parte do Bloco de Esquerda, uma voz e ação de oposição combativa, pois esta não serve os interesses dos povos da Europa, nos quais açorianos e açorianas se integram.

2- O Governo da República e os Açores

a) Crescimento da economia e a reposição de direitos

Como sempre afirmamos a austeridade foi a verdadeira inimiga da economia e das pessoas. A prova disso é quando vemos as medidas resultantes do acordo do PS com os partidos à sua esquerda: a reposição de direitos e rendimentos - o aumento do salário mínimo (três vezes em 3 anos), aumento das pensões, aumento das prestações sociais, diminuição da taxa de desemprego; crescimento da economia.

b) As habilidades que não resolvem problemas

Embora o discurso relativo à autonomia tenha melhorado, pouco de concreto foi alterado. São exemplos disso questões cruciais e de direitos humanos, como é o caso do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada que só será uma realidade, provavelmente, e na melhor das hipóteses, em 2022.

Falamos também do perigo para a saúde pública da contaminação por hidrocarbonetos dos aquíferos e solos, na ilha Terceira que apresenta contornos cada vez mais graves, sem que isso se sobreponha às relações diplomáticas e aos interesses do governo norte-americano. O perigo potencial para a população da ilha terceira é colocado na última escala de prioridades para não desagradar à administração Trump e a fim de sermos uteis, nem que seja como capachos da NATO.

Por via deste interesse maior para o Governo que constitui a vertente militar e a guerra, todo o potencial de desenvolvimento logístico da ilha Terceira, quer aéreo quer marítimo - com a exceção do Gás Natural Liquefeito – fica lesado. Na verdade, os interesses bélicos têm-se revelado mais importantes do que os terceirenses.

Nas questões relacionadas com o nosso mar, nada mudou desde o governo do PSD e CDS. É o próprio papel dos Açores no ordenamento marítimo que fica prejudicado pelo centralismo do Terreiro do Paço e do governo da república.

Seguindo esta mesma lógica, o governo da república transformou o Centro de Investigação para as Ciências do Mar em pouco mais do que um departamento, sem qualquer ambição. Anunciado com pompa e circunstância, foi, com o passar do tempo, sendo reduzido a quase nada através de manobras dilatórias. As habilidades retóricas são muitas, mas as práticas são poucas.

Não podemos, nem vamos aceitar a complacência do Governo Regional e não abdicaremos de lutar pelo que é de direito para a região.

3 - Novo ciclo, já com barbas brancas

O Governo Regional definiu o orçamento para 2018 como sendo a concretização de um “novo ciclo”. Para o BE, este orçamento acentua, com mais medidas, um ciclo de políticas contrárias aos trabalhadores e trabalhadoras, em prol dos patrões e poderosos da Região, que acentuam as desigualdades sociais já existentes.

a) As privatizações - a “engorda” dos poderosos

A grande novidade do novo ciclo são as privatizações. Esta prática emblemática do neo-liberalismo económico é apresentada pelo PS e seu governo como algo novo.

No mesmo momento em que se fazem sentir e debatem as consequências negativas da privatização dos CTT o Governo Regional apresenta duas privatizações:

- a privatização da *Azores AirLines*, onde abdica do controlo de uma empresa essencial para o desenvolvimento dos Açores, vendendo 49% do seu capital. Esta decisão coloca em causa a mobilidade da população, um instrumento de intervenção na economia e uma atividade potencialmente lucrativa.

- a privatização do porto da Praia da Vitória, transvestida de concessão, para fazer do negócio do gás natural para abastecimento de navios um verdadeiro “pitéu” para os privados;

A acrescentar a tudo isto perpetivam-se alterações nas obrigações de serviço público de transporte marítimo de mercadorias. Esta medida, a efectivar-se, tenderá a afectar ainda mais a coesão regional.

Não satisfeito, o governo regional prepara-se para dar mais um golpe no Serviço Regional de Saúde ao atribuir o estatuto de PIR (Projecto de Interesse Regional) à construção de um hospital privado na Lagoa, São Miguel, que será pago em grande parte com fundos públicos. O governo regional escolhe o lucro de privados em detrimento do desenvolvimento do SRS.

Todos/as nós sabemos os resultados das privatizações: privar o acesso a bens essenciais, a diminuição de direitos e a transferência de capital para os poderosos. É esta a linha política danosa preconizada pela direita que o PS não se inibe de reproduzir nos Açores.

b) Governo Regional como promotor da pobreza

Apesar da campanha mediática, por parte do Governo Regional, acerca da elaboração da *Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social*, é o mesmo Governo que a fomenta através das suas políticas, algumas que abaixo listamos:

- ausência de uma nova política económica, combinada com uma lógica assistencialista e a protecção dos mais poderosos tem como corolário o aumento da mancha social da pobreza quer em termos absolutos quer em termos relativos. Não podemos esquecer que, em 2005 o PIB da região cresceu 3% mas o salário médio baixou 3,9%.

- utilização abusiva de milhares de pessoas em situação de desemprego e de fragilidade sócio económica através dos Programas Ocupacionais – 6,5% da população ativa – o que constitui uma pressão direta sobre os trabalhadores e seus direitos.

- ausência de contratos de trabalho na pesca, sendo o governo cúmplice na encenação de contrato coletivo de trabalho apresentada pelo armadores que prevê salários na ordem de uns miseráveis 150 euros mensais e a continuação da prática medieval do quinhão.

- utilização de cerca de 200 técnicos superiores das IPSS para serviços de segurança social (serviço público), ganhando metade em relação aos trabalhadores da Administração Regional;

- articulação do governo regional com a administração da COFACO que foi para todos evidente, ao ponto de delegar no governo a sua defesa. Perante uma anunciada reestruturação tecnológica não aceitamos que o governo abdique da defesa dos trabalhadores, o que passaria, por não aceitar o despedimento e exigir, no mínimo, a suspensão do contrato de trabalho, permitindo aos trabalhadores manter vínculo à empresa até estar terminada a nova fábrica. Para o Bloco de Esquerda esta deve ser a contrapartida para que a empresa tenha acesso aos fundos públicos que lhe permitirão construir a nova fábrica. Não encontramos explicação para a atuação do governo neste processo, a não ser que este seja cúmplice de uma eventual montagem mediática da empresa.

Resumindo, este “novo ciclo” não é mais do que dar continuidade a políticas anteriores, rebaixando o valor do trabalho, dando, ainda mais, poder e privilégios a quem já os tem, divulgando programas de combate à pobreza que não passam de atenuantes.

4- Governo Regional e PS impedem o futuro da Região

Neste chamado “novo ciclo” brindou-nos, ainda, com a renúncia ao principal factor de desenvolvimento dos Açores: o mar - abdicando de lutar pela alteração da lei de ordenamento marítimo, retirando aos Açores qualquer capacidade de mandar naquilo que é seu.

Esta cedência, serve de base a outra que é abdicar de que o Centro de Investigação das Ciências do Mar seja um projeto de interesse comum com a República e com dimensão necessária para se tornar num parceiro a nível mundial. Nesta matéria o Governo Regional preferiu colocar os Açores como a colónia de fornecimento de matérias primas.

Duas áreas fundamentais para criar riqueza, atrair mão de obra especializada e científica, dando saída à nova geração

Para o PS, PSD e CDS, o melhor para os Açores é sermos anfitriões de um tal *Air Centre* que servirá de apoio e call-center para centros de investigação internacionais e manter na Horta um apoio qualificado, para a exploração das riquezas do nosso mar.

O governo regional abdicou que os Açores se tornassem numa importante plataforma logística, no meio do atlântico, para o comércio marítimo e aéreo, não contrariando o governo norte americano e permitindo que os interesses bélicos se sobreponham às necessidades da Região.

Em síntese, o chamado novo ciclo do governo do PS não passa de mais capital para os poderosos, degradação dos serviços públicos, políticas geradoras de baixos salários que prolongam as condições que conduzem à pobreza estrutural da região.

Este é o modelo de desenvolvimento que o PS aponta para os Açores, mas nesta jornada em plena sintonia com o PSD e CDS. Eis o “novo ciclo”.

5- O Bloco de Esquerda na defesa de uma outra política

a) - Continuaremos a batermo-nos por uma nova política de desenvolvimento com base nas nossas potencialidades endógenas como são o mar e a nossa posição estratégica. Recusamos subjugação dos Açores a lógicas centralistas, no que respeita aos nossos direitos sobre o mar, e muito menos às lógicas de guerra com vista à satisfação de interesses e ideologias que nos são alheios e que fazem perdurar o atraso do desenvolvimento social e económico e a preservação ambiental dos Açores.

b) – No setor dos transportes, defendemos a manutenção da SATA Internacional Azores Airlines 100% da região. Para concretizar este objectivo as futuras necessidades de recapitalização devem ser consideradas projecto de interesse comum entre a Região e a República. As mais valias do projecto de abastecimento de GNL devem ficar na região. Defendemos ainda a

manutenção das actuais obrigações de serviço público no transporte de mercadorias, por via marítima.

c) Continueares a pugnar pela alteração à Lei de Financiamento das Regiões Autónomas, consagrando princípios de maior estabilidade e previsibilidade das transferências do Orçamento do Estado.

d) No trabalho é fundamental acabar com o escândalo dos abusos dos programas ocupacionais, abrindo os quadros da administração pública regional e local. Defendemos a alteração do modelo de financiamento das IPPS e misericórdias, fator de compressão de salários e direitos. Exigimos o cumprimento da lei na pesca com a introdução dos contratos de trabalho tendo estes como base salarial de partida o salário mínimo regional. Defendemos a reforma da Inspeção Regional do Trabalho, criando um órgão de acompanhamento da sua acção que integre as centrais sindicais e comissões de trabalhadores. Finalmente, é urgente o aumento do cheque pequenino em 15,00euros/mês para quem tem reformas a abaixo do salário mínimo regional.

e) É fundamental o reforço dos serviços públicos, nomeadamente na educação e a saúde, não permitindo o desvio de fundos públicos para projectos privados nestas áreas. Defendemos a diminuição das convenções na saúde com o sector privado e uma política negociada com a ordem dos médicos e sindicatos médicos para atração de médicos para a região. Defendemos ainda a abertura de creches públicas para dar resposta às famílias, assim como o combate ao insucesso escolar e a cobertura a 100% da educação pré-escolar no início do ano escolar de 2019.

f) A precariedade é, cada vez mais, um dos maiores problemas no setor do trabalho. Lutaremos contra este fenómeno gerador de insegurança e instabilidade na vida das pessoas no setor público - incluindo nas autarquias - e no setor privado, defendendo medidas que promovam a integração dos trabalhadores precários nos quadros.

g) Os problemas gerados pelo crescimento exponencial do setor do turismo exigem medidas urgentes ao nível da regional e municipal para a defesa do direito à habitação, no sentido de criação de bolsas de arrendamento, redefinição das políticas de apoio à habitação e a regulação do Alojamento Local.

